

## AVANÇOS E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO EM TEMPOS DE PANDEMIA NOS MUNICÍPIOS DE IPANGUAÇU E ITAJÁ – RN.

Maria Adegnelva Ferreira Silva<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este estudo compartilha a pesquisa sobre Educação do campo, tendo como objetivo geral em analisar a efetivação de práticas pedagógicas durante a pandemia nas escolas do campo nos municípios de Itajá e Ipanguaçu/RN. A metodologia utilizada foi a pesquisa quali-quantitativa exploratória, onde foi fundamentada com os princípios teóricos Melo (1999), Freire (1996), Caldart (2004;2011), Arroyo (2007;2011), Forquim (1993), Palfrey (2011) e corroborando com a pesquisa de campo tivemos a envoltura da comunidade educacional (gestores, coordenadores e professores) de seis escolas rurais públicas, sendo duas instituições de Ipanguaçu e quatro do município de Itajá. O período de realização de coleta de dados deste estudo foi de aproximadamente dezoito meses, iniciado no ano de 2020 e finalizado em setembro de 2021. Os sujeitos, contemplados pela pesquisa foram 33 professores da rede pública de ensino, da zona rural. A análise dos dados possibilitou reconhecer os avanços ocorridos na educação do campo e as limitações do ensino remoto para estes sujeitos; demonstrar o hiato, que existe entre educação e tecnologia e como isso afeta o processo de ensino e aprendizagem; além de constatar a ausência de formação continuada de professores, evidenciada pela pouca ou total falta de habilidade com as ferramentas pedagógicas virtuais, fator este que tem negligenciado a aprendizagem dos educando neste momento singular para a educação.

**PALAVRAS- CHAVE:** Educação do campo. Pandemia. Formação continuada.

**ABSTRACT:** This study shares research on Rural Education, with the general objective of analyzing the effectiveness of pedagogical practices during the pandemic in rural schools in the municipalities of Itajá and Ipanguaçu/RN. The methodology used was exploratory qualitative and quantitative research, which was based on the theoretical principles Melo (1999), Freire (1996), Caldart (2004;2011), Arroyo (2007;2011), Forquim (1993), Palfrey (2011) ) and corroborating the field research, we had the involvement of the educational community (managers, coordinators and teachers) of six public rural schools, two institutions in Ipanguaçu and four in the municipality of Itajá. The data collection period for this study was approximately eighteen months, starting in 2020 and ending in September 2021. The subjects covered by the research were 33 teachers from the public school system, in the rural area. Data analysis made it possible to recognize the advances made in rural education and the limitations of remote teaching for these subjects; demonstrate the gap that exists between education and technology and how it affects the teaching and learning process; in addition to verifying the absence of continued teacher training, evidenced by the little or total lack of skill with virtual pedagogical tools, a factor that has neglected the learning of students at this unique moment for education.

**KEYWORDS:** Rural education. Pandemic. Continuing training.

<sup>1</sup> Mestre em Ciências da Educação pela World University Ecumenical em 2021. Graduada em Pedagogia pelo Instituto Brasileiro de Pesquisa Vale do Acaraú – IBRAPES-UVA (2016) e em Educação Física Licenciatura pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN (2020). Possui pós-graduação em Psicopedagogia Clínica, Institucional e Hospitalar pela Faculdade Centro Educacional Santo André – FACESA e em Educação Infantil e Psicomotricidade Clínica pela Faculdade Educamais – MG.

## INTRODUÇÃO

Nesse contexto de pandemia o cenário mundial foi brutalmente afetado em seus mais diversos campos, trazendo consequências econômicas, políticas, sociais e principalmente educacionais. Diante do isolamento social exigido pela Organização Mundial de Saúde (OMS), cerca de 1,6 bilhões de crianças e jovens foram afetados pelo fechamento das escolas (UNESCO, 2020), causando a interrupção maciça no desenvolvimento escolar.

Com a determinação do isolamento social, a paralisação compulsória trouxe à tona um debate educacional sobre o uso das tecnologias educacionais para a realização de uma nova modalidade de ensino para a educação infantil e os anos iniciais, que ficou conhecida como *aulas remotas*. Isto é, Educação a Distância (EAD). Assim sendo, o parecer CNE/CP nº 19/2020, prevê que as atividades pedagógicas não presenciais poderão ocorrer como forma de enfrentamento da pandemia do Covid-19.

Contudo, diante desta situação emergencial, Governos federais, estaduais e municipais, se depararam com a necessidade de concentrar esforços na preparação dos professores para o desenvolvimento de situações de aprendizagem remota, em outras palavras, dar início a ações pedagógicas mediadas pelo uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Dessa maneira, foi demandada, por parte dos docentes, a capacidade de experimentar, inovar, sistematizar esse conhecimento e avaliar o processo de aprendizagem de seus alunos, fazendo o melhor uso possível dessas ferramentas, cujo uso, para muitos, era até então desconhecido.

Perante esse panorama épico, as escolas tiveram que se reinventar, adotando assim novos espaços e novos tempos de ensinar e aprender. A pandemia evidenciou e lançou holofotes sobre as desigualdades, demonstrando o quanto ainda há por se fazer até que alcancemos um patamar de “*equidade*” no atendimento educacional (inciso II, art. 35, LDB) – no caso específico do Brasil, fazendo valer o que rege a Carta Magna do país, que garante o acesso igualitário à educação como direito social.

A modalidade de educação do campo causou um impacto ainda maior, porque as pessoas que residem em áreas rurais dedicam maior parte do seu tempo em atividades agrícolas e pecuárias, conseqüentemente, possuem menor tempo para dedicarem-se aos

estudos, uma vez que não podem renunciar às atividades laborais, por ser o único meio de subsistência de muito.

É estabelecido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação que a oferta da Educação Básica para a população rural deve ocorrer com adaptações necessárias às peculiaridades da vida rural e de cada região. O Decreto 7.352/2010 dispõe sobre a política da educação do campo, e nele, estão elencadas as diretrizes a serem adotadas.

A suspensão das aulas presenciais por conta da pandemia do Coronavírus escancarou assustadoramente os problemas relacionados à educação do campo e deixou um número, até então incerto, de crianças sem estudos. As redes de ensino passaram a utilizar os sistemas remotos como forma de oferecer a educação durante este período de pandemia, aí é onde mora outro problema: o acesso à internet. Nas áreas rurais este acesso é baixíssimo ou zero, quer pela indisponibilidade do serviço, ou pela situação de vulnerabilidade econômica das famílias que vivem no campo.

Logo, a presente pesquisa apresenta como **problemas:** Quais os avanços e desafios da educação do campo em tempo de pandemia, nos municípios de Ipanguaçu e Itajá/RN?

Este período provocou muitas reflexões acerca do que precisará ser mudado na escola “pós-pandemia”. A primeira destas reflexões refere-se ao currículo e a seleção de conteúdo a serem trabalhados. O momento vivenciado hoje pela educação exige do professor uma nova postura em seu planejamento no que diz respeito a diferentes tempos, diferentes espaços de aprendizagem (os quais nem sempre possuem as condições ideais) e, além disso, os estudantes possuem condições desiguais de suporte e acesso às TICS, principalmente a população da zona rural, ou seja, precisamos de adequações didático-metodológicas.

Diante disso, revela-se a segunda reflexão: é inegável, que a pandemia evidenciou a desigualdade que demarca nossa sociedade, pois, enquanto algumas crianças têm acesso à tecnologias de ponta, possuem acesso ilimitado à internet e recebem em casa o apoio dos pais/responsáveis, tantas outras ficam à margem deste processo, seja pela falta de equipamento tecnológico adequado em casa, seja pelo fato de os responsáveis não terem a formação escolar adequada para orientá-los em relação à realização das atividades ou, ainda, por situações de extrema pobreza e vulnerabilidade social.

A terceira e inegável lição, refere-se ao fato de que grande parte dos professores são imigrantes digitais, que estão aquém à *era digital*. Ou seja, sujeitos que estão tentando se engajar na grande quantidade de inovações trazidas pela era digital do século XXI.

A sociedade evoluiu e hoje o desafio dos educadores é adequar seus planos de aula às necessidades da chamada geração *Touch Screen* ou *nativos digitais*. É fundamental que tenhamos em mente, o quê, a quem e para que queremos ensinar.

Para que isso seja possível, deve haver uma metodologia de educação holística, numa didática cada vez mais integrada com o objetivo de educar não só para o presente; mas sim, um ensino-aprendizado para toda a sua vida. Cabe à escola, neste momento, provar que suas estruturas não são tão rígidas, e que a palavra de ordem é a flexibilidade.

O estudo se justifica pela relevância do momento histórico que estamos vivenciando, além de ser fundamental para ampliar os espaços de discussão para compreender a educação do campo, a partir de suas características e peculiaridades durante a pandemia com o ensino remoto.

Como método utilizou-se a pesquisa quali-qualitativa exploratória em diversos livros, artigos de periódicos científicos e documentos.

Dessa maneira, este artigo consiste na apresentação do contexto histórico da educação no campo no Brasil. Na sequência, o estudo traz subtópicos contendo informações sobre as políticas educacionais e legislação da educação do campo, contidas nos documentos normativos que regem a educação brasileira como Lei de Diretrizes e Base da educação 9394/96 (LDB, 1996) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017). E na continuidade apresentamos a “Educação do campo e seus desafios” de maneira objetiva os conceitos e percepções da educação rural e do campo, com o propósito de elucidar a importância da concepção escolar, pois ambas se referem à população do campo e ao direito à educação, mas com perspectivas diferentes, visto que surgem em épocas históricas distintas. Trazemos também uma reflexão sobre o currículo na educação do campo e rural, abordando o real papel do professor em espaços educacionais.

## 1. POLÍTICAS EDUCACIONAIS E LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

A Educação do campo é uma modalidade de ensino que tem como objetivo a educação de crianças, jovens e adultos que vivem no campo ou em zonas rurais. Portanto,

trata-se de uma política pública que possibilita o acesso ao direito à educação de milhares de pessoas que vivem fora do meio urbano e que precisam ter esse direito garantido nas mesmas proporções em que é garantido para a população urbana. Importante considerar inicialmente que a população do campo “historicamente tem sido vítima de preconceitos como ‘gente atrasada’ e ‘rude’”. E para ilustrar destaca-se “o personagem ‘Jeca Tatu’, criado por Monteiro Lobato para indicar o caipira da região rural de São Paulo relegado pelo Estado, foi inculcado no imaginário social brasileiro para se referir ao sujeito do campo como ‘miserável’, ‘pobre’ e ‘desleixado’” (LOCKS; GRAUPE; PEREIRA, 2015, p.148).

### **1.1 A influência dos movimentos sociais na educação do campo**

Especificamente a década de 1990, foi caracterizada pelo contexto do neoliberalismo, na qual ocorreu a crise do mundo capitalista. Neste contexto social e econômico, surgia um novo tipo de sociedade, gerada e gerenciada pelos movimentos sociais da época.

Gohn (1997) afirma que movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por sujeitos sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Tais movimentos politizam suas reivindicações e criam um campo político de força social na sociedade civil.

### **1.2 Educação rural e educação do campo: a tentativa de elucidar a importância da concepção escolar**

Iniciar um diálogo sobre a educação rural e educação do campo é preciso inicialmente conceitua-las, pois por mais que elas contemplem algumas características em comum ambas possuem concepções de educação diferentes.

A princípio podemos conceituar a educação do campo como uma modalidade da educação que ocorre em espaços denominados rurais. Diz respeito ainda a todo espaço educativo que se dá em espaços da floresta, agropecuária, das minas e da agricultura e ultrapassa, chegando também aos espaços pesqueiros, a populações ribeirinhas, caiçaras e extrativistas. Em síntese, configurasse como uma proposta educativa que se inova diariamente, baseada nos saberes, lutas e anseios do povo campesino.

Entender essa proposta de ensino é o mesmo que rever e repensar uma nova forma de ver, sentir e aprender num contexto diversificado e multicultural que caracteriza a realidade atual do campo. O Decreto 7352/2010 em seu artigo 1º conceitua população de campo e escola do campo à:

Populações do campo: agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, as caçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (grifo nosso). Escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo (grifo nosso) (BRASIL, 2002).

Já a educação rural se apresenta dentro de uma concepção urbana, na qual os saberes dos povos da terra são menosprezados, dando espaço a um ensino fragmentado, dicotomizando o campo e a cidade numa “ação antidialógica” (FREIRE, 2011)

## **2. Educação e tecnologia**

Assim sendo, é inegável que a pandemia trouxe uma angústia para todos os contextos sociais. E no que se refere ao contexto educacional, este foi abruptamente modificado, uma vez que a escola foi forçada a inovar seus métodos e aplica-los no processo de ensino e aprendizagem.

Todavia, o novo é desafiador, e a aplicabilidade de ferramentas digitais na Educação Infantil e nos anos iniciais do fundamental I foi crucial para esse estado de angústia dos professores. Porém, toda mudança requer tempo e os nossos professores não tiveram tempo suficiente para se familiarizar com essas plataformas digitais, pois as mesmas vinham sendo utilizadas apenas por parte de professores e alunos do Ensino Médio e do Nível Superior de ensino em nosso país.

Entretanto, a pandemia também possui seu lado positivo, haja vista que enfim a escola hoje vive uma nova era, a era das inovações digitais. As inovações trouxeram aprimoramento para todas as ações pedagógicas que vão do acolhimento à avaliação.

Esse panorama de desafios nos trouxe a um novo normal, no qual estamos preparados para enfrentar as adversidades que venham surgir. A pandemia provou a todos que nunca é tarde para aprender a aprender, e que as ferramentas digitais devem e podem ser utilizadas como aliada importante no processo de ensino e aprendizagem do século XXI.

Se bem que não podemos deixar de mencionar que as escolas rurais mais uma vez saem em desvantagem. O público atendido pelas escolas rurais, na maioria das vezes são analfabetos e/ou quando não, perpassam pela problemática de não possuir essas ferramentas digitais, como por exemplo o celular Smartphone.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao fim das nossas reflexões acerca da escola do campo e da escola rural, compreendemos o quão significativo é conhecer a história e as legislações que regem a educação do campo no Brasil. Conhecer as perspectivas e os avanços que marcarão historicamente a vida do povo camponês.

A educação do campo é uma modalidade de ensino que tem como objetivo a educação de crianças, jovens e adultos que vivem no campo ou em zonas rurais. Porém, precisamos entender que a educação do campo surgiu como contrapartida para o modelo tradicional de educação, na tentativa de estabelecer um modelo particular de ensino voltado para a educação do campo e no campo.

E como proposta norteadora traz, a pedagogia da alternância, ou seja, o respeito ao calendário produtivo local e valorização dos valores e tradições rurais, cujo seu público é composto na maioria das vezes por Trabalhadores Sem Terra. Já a educação rural, se desenvolve em meio a população agrícola, e que na maioria das vezes se efetiva em uma educação importada da cidade para o campo, fator este que vem contribuindo para o êxodo rural. Vale ressaltar que ambas se referem ao direito à educação à população do campo, mas com perspectivas diferentes, pois surgem em épocas e espaços históricos distintos.

O professor precisa conhecer a realidade de seus alunos, para que este possa contribuir no desenvolvimento social e cognitivo de seus alunos. E para esse feito a formação continuada desses profissionais é fundamental. Uma vez que a partir dela o professor enriquece sua prática e dinamiza o seu fazer pedagógico.

Os dados revelam a ausência de formação continuada dos partícipes da pesquisa. Apesar de representar uma microanálise da realidade de formação continuada dos pedagogos, para a articulação/integração das tecnologias na escola, essa pesquisa ouviu tais profissionais quanto às necessidades formativas.

Esses 33 pedagogos que aqui tiveram seus dizeres representados desejam e necessitam de um processo formativo híbrido, que possa alicerçar a efetivação do processo de ensino-aprendizagem com o uso das tecnologias de informação e comunicação vigentes. É inegável que existe a “gritante” necessidade de formações continuadas relacionadas à função do pedagogo como o agente articulador das tecnologias da e na escola.

Este estudo revelou-se como instrumento de extrema relevância, pois oportunizou uma reflexão sobre a relação entre escola e tecnologia. É fato que a qualidade e a quantidade de recursos tecnológicos nas escolas públicas ainda são insuficientes para que se alcance bons resultados. Porém, o uso das TICs nesse período de pandemia deixou de ser uma possibilidade e passou a ser de extrema importância.

A pandemia ocasionada pela Covid-19, se apresentou com seu lado positivo e negativo. O lado negativo, se deu pelo fato da doença ter causado tantas mortes, e como consequência ter trazido à tona o isolamento social e a paralização maciça das aulas presenciais. Por outro viés, seu lado positivo foi que as escolas poderão se reinventar, mostrando que seu alicerce não é tão rígido assim. A tecnologia que era vista até então como rival, passou a ser aliada indispensável para a efetivação das aulas remotas.

Outro fator positivo, foi que os professores se permitiram a efetivar as dez competências da Base Nacional Comum Curricular, principalmente no se refere ao “aprender a aprender”; esses profissionais, demonstraram a sociedade como um todo, o real valor de *professor educador*. Uma vez que se constatou-se, que por mais que a tecnologia tenha modificado e inovado o ato de aprender, mesmo assim, ela não conseguiu substituir o professor.

É fato que as TICs são ricas no que se refere a passar informações, porém só o professor mediador é capaz de transformar essas informações em conhecimento. Através da sistematização no ensino, seleção de conteúdo, dinamismo e criatividade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARROYO, M. G. **Políticas de formação de educadores(as) do Campo**. Caderno CEDES, v.27, n.72, pp.157-176. maio/agosto 2007.
- ARROYO. M. G.; CALDART. R. S. e MOLINA. M. **Por uma educação do campo**. (Org). Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.
- BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo**. Resolução 01 de abril de 2002. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 07 de jun. de 2021.
- BRASIL. **Lei n. 9394, de 20/12/1996**, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Diário Oficial da União, n.248, 1996.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9394/1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 08 março. 2020.
- CALDART & M. Molina (org.). **Por Uma Educação do Campo**: Vozes, 2004.
- CALDART, Roseli Salette. **A escola do campo em movimento**. In: Por uma educação do campo. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- FORQUIN, J. Claude. **Escola e Cultura: a sociologia do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 30ªed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOMES, A, I, P. **As funções sociais das escolas**. (Ed. Universidade/UFRGS, 2000, P.13).
- LOCKS, Geraldo Augusto; GRAUPE, Mareli Eliane; PEREIRA, Jisilaine Antunes. **Educação do Campo e direitos humanos: uma conquista, muitos desafios (2015)**. Disponível em: <http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/view/3654>. Acesso em: 10 fevereiro. 2021.
- MELO, Marcus André. **Estado, governo e políticas públicas**. 1999. IN: Sergio Miceli (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo/Brasília, Sumaré/Capes. Disponível em: Acesso em 26 de maio de 2017.
- MORAN, J.M.; MASETTO, M.T.; BEHRENS, M.A. **Novas Tecnologias e mediação pedagógica**. 21ª edição revisada e atualizada. Págs.12, 31 e 53 – Campinas, SP: Papirus, 2013
- PRENSKY, Marc. **Os termos nativos digitais e imigrantes digitais**. Disponível em <https://www.marcprensky.com/writing>. Acesso em 10 de ago. 2021 (texto publicado na sua primeira versão em 2001).